

## **EDITAL Nº 20/2023 – PROGRAD**

### **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO**

A Universidade Federal do Acre (Ufac), torna pública a realização de processo seletivo simplificado para formação de cadastro de reserva de professor substituto, para eventual contratação por tempo determinado, de acordo com as áreas discriminadas no Anexo I, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, Instrução Normativa nº 1, de 27 de agosto de 2019, Resolução Cepex nº 14, de 27 de dezembro de 1989, Resolução Cepex nº 09, de 22 de Junho de 2001, Resolução Consu nº 09, de 08 de fevereiro de 2013, Resolução Consu nº 39, de 09 de agosto de 2013, Resolução Reitoria nº 21, de 14 de novembro de 2013, Resolução Consu nº 03, de 23 de janeiro de 2014, Resolução Reitoria nº 04, de 07 de janeiro de 2016, Resolução Consu nº 02, de 02 de fevereiro de 2016, e posteriores alterações.

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O processo seletivo reger-se-á pelas disposições contidas neste Edital e será supervisionado pela Pró-Reitoria de Graduação e executado pela Comissão Organizadora de Processo Seletivo designada pela Reitoria.

1.1.1. As fases de seleção serão conduzidas pelas bancas examinadoras indicadas pelos respectivos Centros.

1.2. A Universidade Federal do Acre selecionará candidatos para preenchimento do banco de cadastro de reserva para o campus de Rio Branco/AC, de acordo com o Anexo I deste Edital.

1.2.1. As provas serão realizadas exclusivamente no Município de Rio Branco/AC.

1.2.2. Todos os candidatos concorrerão de forma isonômica, não havendo prioridade ou distribuição das vagas por titulação, observado o disposto no Anexo IV deste Edital (Planilha de Pontuação da Prova de Títulos).

1.3. Fica a critério da Ufac o regime de trabalho 20h/40h, no qual o docente deverá ser contratado de acordo com a necessidade da Instituição, considerando a demanda de disciplinas por semestre.

1.4. O período de contrato será definido pela Ufac, de acordo com os motivos que deram origem à contratação do substituto, podendo ser prorrogado, desde que o prazo total não exceda a 2 (dois) anos.

1.5. Sem prejuízo do disposto no art. 12 da Lei nº 8.745, de 1993, no caso de cessação do objeto da autorização para a contratação temporária, os contratos firmados por meio deste Edital serão encerrados.

1.6. Os candidatos contratados por meio do presente processo seletivo desenvolverão atividades de ensino de graduação de acordo com a área para a qual foram aprovados, ressalvado o disposto no item 16.5 deste Edital.

1.6.1. **As atividades de ensino serão desenvolvidas por meio do ensino presencial**, ressalvada posterior deliberação do Conselho Universitário da Ufac que defina o desenvolvimento de atividades no formato remoto ou híbrido.

1.7. Este Cadastro de Reserva (CR) refere-se apenas ao preenchimento de vaga(s) para professor(es) substituto(s). Portanto, não se aplica e não será aproveitado para posterior contratação de professor(es) efetivo(s).

1.8. Será considerado o horário oficial do Acre para as indicações de tempo contidas neste Edital.

1.9. As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo ou em decorrência dela, inclusive deslocamento, hospedagem, alimentação, exames e laudos que deverão ser apresentados durante a seleção ou por ocasião da admissão, correrão às expensas do próprio candidato.

## **2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. A inscrição no processo seletivo será realizada exclusivamente pela internet, no endereço eletrônico <[https://sistemas2.ufac.br/concurso\\_docente/](https://sistemas2.ufac.br/concurso_docente/)>, **das 12h do dia 18 de abril às 23h59min do dia 24 de abril de 2023**. O candidato efetuará o preenchimento do formulário de inscrição, devendo preencher os campos obrigatórios com os dados exigidos.

2.2. A efetivação da inscrição fica condicionada ao atendimento do disposto no item anterior, bem como ao pagamento da taxa de inscrição ou isenção da referida taxa, conforme o caso.

2.3. A taxa de inscrição é de 80,00 (oitenta reais).

2.4. O pagamento da taxa de inscrição será feito apenas por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU Cobrança (Boleto Bancário), que será paga preferencialmente no Banco do Brasil, até o primeiro dia útil seguinte ao término das inscrições, observado o horário de expediente bancário.

2.5. Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos necessários para participação no processo seletivo, pois o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6. O não pagamento da taxa de inscrição até a data do vencimento implicará a eliminação do candidato do certame.

2.7. Não será aceito agendamento como comprovante de pagamento.

2.8. A Ufac não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.9. O candidato poderá realizar apenas 01 (uma) inscrição e para apenas 01 (uma) área de conhecimento.

2.10. Para o candidato, isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada.

- 2.10.1. Havendo mais de uma inscrição paga de um mesmo candidato, prevalecerá a inscrição mais recente.
- 2.10.2. Caso haja mais de uma inscrição com solicitação de isenção para o mesmo candidato, será considerada, para fins de análise de isenção apenas a última inscrição realizada.
- 2.11. É vedada, em qualquer hipótese, a alteração da área de inscrição no processo seletivo.
- 2.12. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros processos seletivos/concursos ou mesmo para outra área objeto deste processo seletivo.
- 2.13. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade das informações fornecidas na inscrição, dispondo a Ufac do poder de indeferir a inscrição com preenchimento dos dados incorretos ou incompletos, bem como excluir do Processo Seletivo, a qualquer tempo, os candidatos cujos dados forem inverídicos.
- 2.14. Não será aceito pedido de inscrição condicional, extemporâneo, por via postal, via fax, via correio eletrônico, ou por qualquer meio diverso do previsto neste Edital.
- 2.15. Encerrado o período de inscrição, será realizada a análise para o deferimento das inscrições pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.
- 2.16. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo publicará, no dia **26 de abril de 2023**, a relação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.
- 2.17. O candidato que tiver a inscrição indeferida poderá interpor recurso à Comissão Organizadora do Processo Seletivo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o qual será protocolado por meio de formulário eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item anterior, para reconsiderar a decisão ou encaminhar à Pró-Reitoria de Graduação para julgamento.
- 2.18. A Comissão Organizadora de Processo Seletivo publicará, no dia **28 de abril de 2023**, o resultado final das inscrições deferidas e indeferidas no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

### **3. DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

- 3.1. Será concedida isenção total da taxa de inscrição ao candidato que, conforme o Decreto nº 6.593/08, preencher os seguintes critérios:
- a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007;
  - b) for membro de família de baixa renda, assim considerada aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou que possua renda familiar mensal de até três salários-mínimos, conforme o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.
- 3.2. O pedido de isenção de que trata o item anterior deverá ser formulado pelo candidato no ato da inscrição **até às 23h59min do dia 20 de abril de 2023**, contendo:
- a) a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico;
  - b) declaração eletrônica de que atende à condição estabelecida na letra “b” do item 3.1 deste Edital.
- 3.3. A Ufac consultará o órgão gestor do CadÚnico para averiguar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que solicitar isenção nos termos do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008.

3.4. Será concedida isenção total da taxa de inscrição para o candidato doador de medula óssea com cadastro em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656/2018.

3.5. O pedido de isenção de que trata o item anterior deverá ser formulado pelo candidato no ato da inscrição **até às 23h59min do dia 20 de abril de 2023**, contendo o documento no formato PDF, com o número de inscrição no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) que comprove ser doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

3.6. A Ufac consultará o Redome para averiguar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

3.7. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

3.8. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção da taxa de inscrição estará sujeito a:

- a) cancelamento da inscrição e exclusão do Processo Seletivo, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;
- b) exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da convocação para assinatura do contrato;
- c) declaração de nulidade do ato de convocação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

3.9. Não será concedida isenção parcial da taxa de inscrição.

3.10. Será indeferido o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que:

- a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar e/ou falsificar documentação;
- c) não comprovar possuir os requisitos exigidos para a concessão da isenção conforme estabelecido neste Edital;
- d) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste Edital.

3.11. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo publicará a relação preliminar dos candidatos que tiveram o pedido de isenção deferido ou indeferido, em edital específico, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, no dia **21 de abril de 2023**.

3.12. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição deferidos constarão automaticamente na lista de inscritos.

3.13. O candidato que tiver o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido, poderá interpor recurso à Comissão Organizadora do Processo Seletivo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o qual será protocolado por meio de formulário eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item 3.11, para reconsiderar a decisão ou encaminhar à Pró-Reitoria de Graduação para julgamento.

3.14. Após a análise dos recursos, a Comissão Organizadora do Processo Seletivo publicará o resultado final da solicitação de isenção no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, no dia **24 de abril de 2023**.

3.15. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão efetuar nova inscrição, de acordo com o item 2.1 deste Edital, e realizar o pagamento da taxa de inscrição.

#### **4. DA RESERVA DE VAGAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

4.1. Serão reservadas 5% (cinco por cento) do total de vagas que vierem a surgir durante a vigência do Processo Seletivo, para provimento por pessoas com deficiência, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

4.1.1. Se da aplicação do percentual do item 4.1 resultar número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.2. Serão consideradas pessoas com deficiência os candidatos enquadrados na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas respectivas alterações.

4.3. Ressalvadas as disposições previstas na legislação vigente, a pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que diz respeito:

- a) ao conteúdo das provas;
- b) à avaliação e aos critérios de aprovação;
- c) ao horário e local de aplicação das provas; e
- d) à nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.4. O candidato que desejar concorrer às vagas para pessoas com deficiência deverá, no ato de inscrição, informar sua condição e enviar, em espaço próprio e em formato PDF, laudo médico emitido nos últimos 60 (sessenta) dias.

4.5. O laudo de que trata o item anterior deverá obedecer aos seguintes quesitos:

- a) ser redigido em letra legível;
- b) conter nome completo e número do documento oficial de identidade (identificação) do candidato;
- c) atestar a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença (CID);
- d) conter a assinatura e carimbo indicando o nome e número do Registro no CRM do médico responsável pela emissão do laudo.

4.6. É de responsabilidade do candidato a veracidade dos documentos anexados, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

4.7. A inobservância do disposto nos itens 4.4 e 4.5 acarretará a perda do direito às vagas reservadas às pessoas com deficiência, valendo a sua inscrição para as demais vagas.

4.8. Se aprovado e convocado para provimento de vaga, o candidato com deficiência deverá submeter-se à perícia médica promovida por Junta Médica da Ufac, antes da assinatura do contrato, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência informada o habilita às vagas reservadas para candidatos em tais condições.

4.9. O candidato apresentar-se-á para a inspeção médica constante do item 4.8, às suas expensas, munido de laudo médico (original) nos termos do item 4.5 e de exames complementares comprobatórios da deficiência exigidos na convocação.

- 4.10. O candidato que não for considerado pessoa com deficiência por junta médica da Ufac passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, caso possua nota de classificação para tanto.
- 4.11. O candidato, cuja deficiência for julgada pelo órgão competente da Ufac como incompatível com o exercício das atividades da função para a qual concorre será excluído do Processo Seletivo e considerado desclassificado, para todos os efeitos.
- 4.12. O não comparecimento à convocação supramencionada acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.
- 4.13. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas por falta de candidatos, por reprovação no processo seletivo ou por inaptidão na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação da área.

## **5. DO REQUERIMENTO DE ATENDIMENTO ESPECIAL**

- 5.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá requerê-lo por ocasião da inscrição eletrônica, indicando os recursos especiais necessários ao seu atendimento, devendo anexar, em espaço próprio e em formato PDF, laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses que justifique o atendimento especial solicitado.
- 5.2. Não serão deferidos pedidos de atendimento especial para a realização das provas após o período de inscrição.
- 5.3. Candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização da(s) prova(s) deverá solicitar atendimento especial, anexando, em espaço próprio e em formato PDF, a certidão de nascimento da criança, e levar, no(s) dia(s) de prova, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda do lactente.
- 5.3.1. No caso da criança não ter nascido quando da realização da inscrição eletrônica, a certidão de nascimento poderá ser substituída por atestado emitido por médico obstetra que indique a data provável do nascimento.
- 5.3.2. A candidata com criança que não levar acompanhante adulto não terá acesso ao(s) local(is) de realização da(s) prova(s).
- 5.3.3. O tempo gasto na amamentação pela lactante poderá ser compensado até o limite de uma hora.
- 5.4. A Ufac não disponibilizará acompanhante para guarda de crianças.
- 5.5. A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, por ocasião da publicação do edital preliminar de inscrições deferidas e indeferidas.
- 5.6. O candidato que tiver o pedido de atendimento especial indeferido poderá interpor recurso por meio de formulário eletrônico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme disciplinado na publicação de que trata o item anterior.
- 5.7. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 5.8. É de responsabilidade do candidato a veracidade dos documentos anexados, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

5.9. Após a análise, a Ufac divulgará, em edital específico, o resultado dos recursos dos candidatos de que trata o item 5.6 deste Edital.

## **6. DA SELEÇÃO**

### **6.1. Das Disposições Gerais da Seleção**

6.1.1. As avaliações ocorrerão no período de **30 de abril a 16 de maio 2023**, no município de localização do respectivo Centro.

6.1.2. Os elementos de julgamento serão definidos pela Banca Examinadora e aprovados pela Assembleia de Centro, podendo ser aplicados, além da Prova de Títulos, de caráter classificatório, dois dos critérios abaixo citados (Resolução nº 09/2001 – CEPEX), de caráter eliminatório e classificatório:

- 6.1.2.1. Prova escrita: até 10,0 (dez) pontos;
- 6.1.2.2. Prova prática: até 10,0 (dez) pontos;
- 6.1.2.3. Prova didática: até 10,0 (dez) pontos;
- 6.1.2.4. Seminário: até 10,0 (dez) pontos;
- 6.1.2.5. Entrevista: até 10,0 (dez) pontos.

### **6.2. Das Fases de Seleção**

6.2.1. As fases de seleção das áreas ofertadas neste Edital serão independentes e autônomas entre si, podendo ter curso próprio em casos excepcionais.

6.2.2. Caberá à Assembleia de Centro definir a quantidade de fases que a respectiva área terá, considerando os elementos de julgamento e a quantidade de candidatos, devendo optar por um dos formatos abaixo:

a) Seleção em duas fases:

- i) primeira fase - conterà 01 (um) dos elementos de julgamento elencados nos subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5;
- ii) segunda fase - conterà 01 (um) dos elementos de julgamento elencados nos subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5 e a prova de títulos, excetuando-se o elemento de julgamento avaliado na primeira fase.

b) Seleção em fase única:

- i) fase única – conterà 02 (dois) elementos de julgamento elencados nos subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5 e a prova de títulos.

6.2.3. As áreas em que a seleção for realizada em fase única poderão realizar as 02 (duas) avaliações dos elementos de julgamento elencados nos subitens 6.1.2.2 a 6.1.2.5 na mesma data, devendo ser observado o intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos entre cada elemento de julgamento.

6.2.3.1. O candidato poderá declinar do intervalo mínimo que trata o item 6.2.3, não podendo alegar prejuízo em função do declínio.

6.2.4. A Banca Examinadora definirá o Cronogramas de Atividades e as Instruções para as Avaliações da área, no qual constarão os elementos de julgamento definidos para a área, conforme o item 6.1.2,

além de indicar formato de seleção, as datas, os horários e os locais para realização das fases do Processo Seletivo.

6.2.4.1. Os Cronogramas de Atividades e as Instruções para as Avaliações serão publicados pela Comissão Organizadora, no dia **28 de abril de 2023**, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

6.2.4.2. As atividades do processo seletivo poderão ocorrer em quaisquer dias, exceto aos sábados, no período das 06h às 23h.

6.2.5. Os conteúdos programáticos para a prova escrita, prova prática, prova didática, seminário e entrevista constam no Anexo II deste Edital.

6.2.5.1. A prova escrita, prova prática, prova didática, seminário e entrevista são realizadas em língua portuguesa.

6.2.6. Caso a Banca Examinadora opte pela realização de prova prática, seminário ou entrevista, deverá divulgar, juntamente com as informações referidas no item 6.2.4, os critérios de seleção e demais informações necessárias para a realização das avaliações.

### **6.3. Da seleção realizada em 02 (duas) fases**

6.3.1. Nas áreas que tiverem 02 (duas) fases de seleção, a primeira fase será realizada por todos os candidatos que tiveram as inscrições deferidas, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Atividades da respectiva área.

6.3.2. A Comissão Organizadora publicará o resultado preliminar da primeira fase da seleção, conforme definido no Cronograma de Atividades de cada área, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

6.3.3. Por ocasião da publicação do resultado preliminar da primeira fase, o candidato poderá requerer cópia das documentações referentes à sua avaliação, na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.3.3.1. A cópia da documentação requerida será enviada pela Banca Examinadora, ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, antes do início do período de recurso.

6.3.3.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/ 2011.

6.3.4. O recurso deverá ser protocolado por meio de formulário ou correio eletrônico, conforme definido no Cronograma de Atividades da Área e julgado pela Banca Examinadora.

6.3.4.1. O candidato terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a interposição de recurso, a ser enviado na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.3.5. O candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos no elemento de julgamento, conforme os subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5, para aprovação na primeira fase.

6.3.6. Os candidatos ausentes e os não aprovados nos termos do item anterior serão eliminados na primeira fase do processo seletivo.

6.3.6.1. A eliminação do candidato ocorrerá com a publicação do resultado da fase.



6.3.7. A segunda fase será realizada exclusivamente pelos candidatos não eliminados na primeira fase e ocorrerá na data, horário e local estabelecidos no cronograma de que trata o item 6.2.4.

6.3.8. O candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos no elemento de julgamento eliminatório, conforme os subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5, para aprovação na segunda fase.

6.3.9. Os candidatos ausentes e os não aprovados nos termos do item anterior serão eliminados na segunda fase do processo seletivo.

6.3.9.1. A eliminação do candidato ocorrerá com a publicação do resultado da fase.

6.3.10. As condições para a realização da prova de títulos constam no item 13 deste Edital.

6.3.11. A Comissão Organizadora publicará o resultado preliminar da segunda fase da seleção, bem como a classificação dos candidatos, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, na data prevista no cronograma de cada área.

6.3.12. Os resultados preliminares serão publicados no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, na data prevista no cronograma de cada área.

6.3.13. Por ocasião da publicação do resultado preliminar da segunda fase, o candidato poderá requerer cópia das documentações referentes à sua avaliação, na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.3.13.1. A cópia da documentação requerida será enviada pela Banca Examinadora, ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, antes do início do período de recurso.

6.3.13.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/ 2011.

6.3.14. O recurso deverá ser protocolado por meio de formulário ou correio eletrônico, conforme definido no Cronograma de Atividades da Área e julgado pela Banca Examinadora.

6.3.15. O candidato terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a interposição de recurso, a ser enviado na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.3.16. O candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos no elemento de julgamento, conforme os subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5, para aprovação na segunda fase.

6.3.17. Serão eliminados na segunda fase do processo seletivo os candidatos ausentes e os não aprovados nos termos do item anterior.

6.3.17.1. A eliminação do candidato ocorrerá com a publicação do resultado final da fase.

6.3.18. O cálculo da nota final e o resultado final do processo seletivo constam nos itens 14 e 15 deste Edital.

#### **6.4. Da seleção realizada em fase única**

6.4.1. Nas áreas que tiverem fase única de seleção, todos os candidatos com inscrições deferidas, participarão de todos os elementos de julgamento da área, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Atividades, exceto o candidato que não tenha comparecido a avaliação anterior.

6.4.2. A Comissão Organizadora publicará o resultado preliminar de todos os elementos de julgamento em resultado único, conforme definido no Cronograma de Atividades de cada área, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

6.4.3. Por ocasião da publicação do preliminar, o candidato poderá requerer cópia das documentações referentes à sua avaliação, na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.4.3.1. A cópia da documentação requerida será enviada pela Banca Examinadora, ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, antes do início do período de recurso.

6.4.3.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/ 2011.

6.4.4. O recurso deverá ser protocolado por meio de formulário ou correio eletrônico, conforme definido no Cronograma de Atividades da Área e julgado pela Banca Examinadora.

6.4.5. O candidato terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a interposição de recurso, a ser enviado na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.4.6. O candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos nos elementos de julgamento, conforme os subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5, para aprovação.

6.4.7. Os candidatos ausentes e os não aprovados nos termos do item anterior serão eliminados do processo seletivo.

6.4.7.1. A eliminação do candidato ocorrerá com a publicação do resultado, de forma que os candidatos poderão participar de todos os elementos de julgamento, exceto o candidato que não tenha comparecido a uma das avaliações anteriores.

6.4.8. O cálculo da nota final e o resultado final do processo seletivo constam nos itens 14 e 15 deste Edital.

## **7. DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO PARA EVITAR A TRANSMISSÃO DO CORONAVÍRUS**

7.1. Por ocasião da realização das avaliações, e considerando a prevenção da transmissão do Coronavírus, recomenda-se o uso de máscara ao candidato que estiver apresentando sintomas gripais.

7.1.1. Caso o candidato leve água para o seu próprio consumo, a embalagem deverá ser obrigatoriamente transparente.

7.1.2. O candidato que tiver a necessidade de se alimentar durante as provas deverá levar o alimento obrigatoriamente em embalagem transparente.

7.1.3. Recomenda-se que cada candidato porte um frasco de álcool em gel próprio para uso individual, o qual não poderá ser compartilhado entre os candidatos.

7.1.4. A Ufac poderá estabelecer outras medidas protetivas conforme deliberado pelo Comitê de Prevenção e Contenção da COVID-19 da Ufac, as quais serão publicadas no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

## **8. DA PROVA ESCRITA**

8.1. A prova escrita consistirá em questão(ões) de conhecimentos e habilidades elaborada(s) pelas Bancas Examinadoras, de acordo com o conteúdo programático da área de inscrição que consta no Anexo II.

8.2. Caso o Centro opte pela prova escrita, ela será realizada simultaneamente por todos os candidatos da área, e será aplicada por membro(s) da Banca Examinadora correspondente, no horário estabelecido no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

- 8.3. Em nenhuma hipótese o candidato poderá prestar prova fora da data, horário e local predeterminados.
- 8.4. O candidato deverá comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início, munido de documento de identidade original, de acordo com o item 18.5 deste Edital.
- 8.5. O candidato deverá assinar a lista de presença, sendo ele próprio o responsável pela conferência de seus dados pessoais.
- 8.6. Não será permitido, em nenhuma hipótese, o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao processo seletivo no estabelecimento de aplicação da prova.
- 8.7. A prova escrita terá duração de 4 (quatro) horas.
- 8.8. Não serão permitidas consultas e a utilização de qualquer equipamento eletrônico, durante a realização da prova escrita, exceto aquelas indicadas pela Banca Examinadora no Cronograma de Atividades.
- 8.9. **Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.**
- 8.9.1. **Será eliminado do Processo Seletivo o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração.**
- 8.10. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.
- 8.11. A prova escrita será feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 8.11.1. Somente na hipótese de deferimento de atendimento especial será permitido o preenchimento da prova escrita por pessoa designada pela Banca Examinadora. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio e vídeo.
- 8.12. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua prova escrita, sob pena de impossibilitar a leitura por parte dos membros da Banca Examinadora.
- 8.13. As anotações que estiverem em desconformidade com este Edital ou com as instruções da prova escrita serão consideradas indevidas e não serão consideradas para efeito de correção. Serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da prova escrita.
- 8.14. O caderno de prova constitui o único documento válido para a correção da prova escrita e em hipótese alguma haverá a sua substituição por erro do candidato.
- 8.15. Após o término de sua prova, o candidato deverá fazer a devolução do caderno de prova, na íntegra, ao membro da banca examinadora.
- 8.16. Não haverá segunda chamada para as provas.
- 8.17. A nota final do candidato na prova escrita será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

## **9. DA PROVA DIDÁTICA**

9.1. A prova didática consiste em exposição oral sobre um dos 10 (dez) temas extraídos do conteúdo programático da área (Anexo II).

9.2. Caso o Centro opte pela prova didática, o tema da exposição oral será sorteado, por membro da Banca Examinadora, no local e horário definido no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4 ou na convocação para a prova didática, conforme o caso.

9.2.1. A ordem de realização do sorteio do tema para a prova didática obedecerá a cronologia de inscrição dos candidatos.

9.2.2. O sorteio do tema para a prova didática de cada candidato ocorrerá, independente do mesmo estar ou não presente. Contudo, a ausência do candidato não prejudicará a contagem do tempo para a realização da prova didática.

9.2.3. A Banca Examinadora afixará, no local designado para o sorteio, os temas sorteados para cada candidato.

9.2.4. A prova didática ocorrerá 24 (vinte e quatro) horas após a realização do sorteio do tema.

9.3. É de responsabilidade do candidato providenciar os recursos e materiais a serem utilizados na prova didática.

9.4. O candidato poderá fazer uso, se assim o desejar, de recursos existentes na instituição, tais como projetor de slides, pincel para quadro branco, giz etc., desde que esteja disponível no local da prova didática e seja requisitado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através do e-mail: <[selecao.substituto@ufac.br](mailto:selecao.substituto@ufac.br)>.

9.5. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova didática, munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 18.5, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado, e aguardará a sua convocação para adentrar à sala de realização da prova.

9.5.1. Não será permitida a entrada ou permanência no local de provas de candidatos que não esteja de acordo com as medidas de proteção para evitar a transmissão do coronavírus estabelecidas no item 7 deste Edital.

**9.5.2. A ausência ou o atraso do candidato na prova didática implicará a sua eliminação do Processo Seletivo.**

9.6. Após a identificação do candidato, a banca examinadora solicitará a entrega do plano de aula, em 04 (quatro) vias, e informará que ele dispõe de até 5 (cinco) minutos para a organização dos materiais necessários para a realização da prova didática.

**9.6.1. O plano de aula integra a prova didática e, conseqüentemente, o candidato que não o apresentar, em 04 (quatro) vias, quando solicitado pela Banca examinadora, não fará a exposição oral, não terá atribuição de notas na prova didática e será eliminado do Processo Seletivo.**

9.6.2. Finalizado o tempo de organização previsto no item 9.6, a banca informará o horário e solicitará o início da exposição oral.

9.7. A exposição oral do tema terá duração mínima de 40 (quarenta) e máxima de 60 (sessenta) minutos.

**9.7.1. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que não atingir o tempo mínimo ou que ultrapassar o tempo máximo destinado à exposição oral.**

9.7.2. O candidato terá ciência de sua eliminação na publicação do resultado da prova didática e não terá atribuição de notas na mesma.

9.7.3. Não é vedado ao candidato a utilização de relógio ou outro equipamento para verificação de tempo, contudo, será considerado, para fins de comprovação do tempo de realização da prova didática, o equipamento utilizado pela banca examinadora.

9.8. Na prova didática a Banca Examinadora tem em vista, fundamentalmente, avaliar no candidato, dentre outros elementos:

- a) O domínio teórico do tema sorteado;
- b) A capacidade de organizar as ideias sobre o tema sorteado e ministrá-lo com objetividade;
- c) A coerência entre o plano de aula apresentado e o desenvolvimento da aula;
- d) A utilização adequada dos recursos didáticos pelo candidato.

9.9. Para efeito de aferição da prova didática, a Banca Examinadora terá como referência os elementos e definições contidos no Anexo III deste Edital.

9.10. Após a exposição do tema, o candidato poderá ser arguido pelos membros da Banca Examinadora, com tempo máximo de 10 (dez) minutos para cada examinador, sendo concedido igual tempo ao candidato para resposta.

9.11. A prova didática será gravada, em cumprimento ao art. 31 do Decreto nº. 9.739/2019.

**9.12. É vedado ao candidato participar como observador ou ouvinte da prova didática de outros candidatos, bem como utilizar qualquer meio eletrônico ou digital para registrar a aula do concorrente, sob pena de eliminação do processo seletivo.**

9.13. É vedada a manifestação ou arguição pelo público ao candidato.

9.14. A nota do candidato na prova didática será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

9.14.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se o algarismo da segunda casa decimal para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

**9.14.2. Será eliminado o candidato que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) pontos na prova didática.**

## **10. DA PROVA PRÁTICA**

10.1. Caso o Centro opte pela prova prática, ela será aplicada pela Banca Examinadora, na data, horário e local estabelecidos no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4 ou na convocação para a prova prática, conforme o caso.

10.1.1. A ordem de realização da prova prática obedecerá a cronologia de inscrição dos candidatos.

10.2. É de responsabilidade do candidato providenciar os recursos e materiais a serem utilizados na prova prática.

10.3. O candidato poderá fazer uso, se assim o desejar, de recursos existentes na instituição, desde que esteja disponível no local da prova prática e seja requisitado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através do e-mail: <[selecao.substituto@ufac.br](mailto:selecao.substituto@ufac.br)>.

10.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova prática, munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 18.5, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado, e aguardará a sua convocação para adentrar ao local de realização da prova.

10.5. Não será permitida a entrada ou permanência no local de provas de candidatos que não esteja de acordo com as medidas de proteção para evitar a transmissão do coronavírus estabelecidas no item 7 deste Edital.

**10.6. A ausência ou o atraso do candidato na prova prática implicará a sua eliminação do Processo Seletivo.**

10.7. O instrumento de avaliação, bem como os critérios de seleção e tempo de duração da prova prática serão definidos pela Banca Examinadora e publicados nas instruções para a realização das avaliações de que trata o item 6.2.4.

10.8. A prova prática será gravada, em cumprimento ao art. 31 do Decreto nº. 9.739/2019.

10.9. A nota do candidato na prova prática será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

10.9.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se o algarismo da segunda casa decimal para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

**10.9.2. Será eliminado o candidato que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) pontos na prova prática.**

## **11. DA ENTREVISTA**

11.1. Caso o Centro opte pela entrevista, ela será aplicada pela Banca Examinadora, na data, horário e local estabelecidos no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4 ou na convocação para a entrevista, conforme o caso.

11.1.1. A ordem de realização da entrevista obedecerá a cronologia de inscrição dos candidatos.

11.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da entrevista, munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 18.5, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado, e aguardará a sua convocação para adentrar ao local de realização da entrevista.

11.3. Não será permitida a entrada ou permanência no local da entrevista de candidatos que não esteja de acordo com as medidas de proteção para evitar a transmissão do coronavírus estabelecidas no item 7 deste Edital.

**11.4. A ausência ou o atraso do candidato na entrevista implicará a sua eliminação do Processo Seletivo.**

11.5. O instrumento de avaliação, bem como os critérios de seleção e tempo de duração da entrevista serão definidos pela Banca Examinadora e publicados nas instruções para a realização das avaliações de que trata o item 6.2.4.

11.6. A entrevista será gravada, em cumprimento ao art. 31 do Decreto nº. 9.739/2019.

11.7. A nota do candidato será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

11.7.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se o algarismo da segunda casa decimal para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

11.7.2. **Será eliminado o candidato que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) pontos na entrevista.**

## **12. DO SEMINÁRIO**

12.1. O seminário consiste em exposição oral sobre tema(s) extraído(s) do conteúdo programático da área (Anexo II)

12.2. Caso o Centro opte pelo seminário, ele será aplicado pela Banca Examinadora, na data, horário e local estabelecidos no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4 ou na convocação para o seminário, conforme o caso.

12.2.1. A ordem de realização do seminário obedecerá a cronologia de inscrição dos candidatos.

12.3. A Banca Examinadora definirá se o seminário será realizado por meio de sorteio de temas ou em tema único para todos os candidatos, o qual será publicado no Cronograma de Atividades da Área, de que trata o item 6.2.4.

12.4. Caso a Banca Examinadora opte pelo sorteio de temas, a ordem de realização do sorteio do tema para o seminário obedecerá a cronologia de inscrição dos candidatos.

12.4.1. O sorteio do tema para o seminário de cada candidato ocorrerá, independente do mesmo estar ou não presente. Contudo, a ausência do candidato não prejudicará a contagem do tempo para a realização do seminário.

12.4.2. A Banca Examinadora afixará, no local designado para o sorteio, os temas sorteados para cada candidato.

12.4.3. A Banca Examinadora definirá o intervalo de tempo entre o sorteio e a realização do seminário, o qual será igual para todos os candidatos e não será inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

12.5. É de responsabilidade do candidato providenciar os recursos e materiais a serem utilizados no seminário.

12.6. O candidato poderá fazer uso, se assim o desejar, de recursos existentes na instituição, tais como projetor de slides, pincel para quadro branco, giz etc., desde que esteja disponível no local do seminário e seja requisitado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através do e-mail: <[selecao.substituto@ufac.br](mailto:selecao.substituto@ufac.br)>.

12.7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização do seminário, munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 18.5, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado, e aguardará a sua convocação para adentrar à sala de realização do seminário.

12.7.1. Não será permitida a entrada ou permanência no local de provas de candidatos que não esteja de acordo com as medidas de proteção para evitar a transmissão do coronavírus estabelecidas no item 7 deste Edital.

12.7.2. A ausência ou o atraso do candidato no seminário implicará a sua **eliminação** do Processo Seletivo.

12.8. Após a identificação do candidato, a Banca Examinadora informará que ele dispõe de até 5 (cinco) minutos para a organização dos materiais necessários para a realização do seminário.

12.9. Os critérios de seleção e o tempo de duração do seminário serão definidos pela Banca Examinadora e publicados nas instruções para a realização das avaliações de que trata o item 6.2.4.

12.10. O seminário será gravado, em cumprimento ao art. 31 do Decreto nº. 9.739/2019.

12.11. A nota do candidato será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

12.11.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se o algarismo da segunda casa decimal para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

12.11.2. Será **eliminado** o candidato que obtiverem nota inferior a **5,00 (cinco) pontos no seminário**.

### **13. DA PROVA DE TÍTULOS**

13.1. Para a prova de títulos, os candidatos deverão enviar cópia do currículo cadastrado na Plataforma Lattes e dos documentos comprobatórios dos dados nele constantes, conforme definido no Cronograma de Atividades da Área.

13.1.1. Não serão aceitos documentos enviados por meio diferente do estabelecido no Cronograma de Atividades da Área.

13.1.2. Não será atribuída nota aos títulos cujos comprovantes estejam ilegíveis ou não tenham sido expedidos pelo órgão ou setor competente.

13.1.3. Não será atribuída nota ao título referente a curso, projeto, programa ou atividade não finalizados até a data prevista para a entrega da documentação para a prova de títulos.

13.1.4. Nos itens e subitens da Planilha da Prova de Títulos em que seja exigida a comprovação do título nos últimos 5 (cinco) anos, serão considerados válidos apenas aqueles que tenham sido desenvolvidos nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data prevista para a entrega da documentação para a prova de títulos.

13.1.5. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade dos documentos apresentados, dispondo a Ufac do direito de excluir do processo seletivo o candidato, a qualquer tempo, caso seja constatado que os documentos são inverídicos.

13.2. A prova de títulos será realizada por meio da avaliação do currículo cadastrado na Plataforma Lattes e documentos comprobatórios apresentados, tendo como referência os elementos e definições contidos na planilha de pontuação de títulos constante no Anexo IV.

13.3. A prova de títulos terá caráter classificatório e pontuação máxima de 11,00 (onze) pontos, a qual será calculada a partir do somatório dos pontos obtidos na planilha de títulos dividido por 10.



13.3.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se o algarismo da segunda casa decimal para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

13.4. O candidato que não entregar os documentos na forma e nos prazos definidos pelo item 13.1 e no Cronograma de Atividades da Área não terá atribuição de nota neste elemento de julgamento.

13.5. Não haverá, sob qualquer hipótese, prorrogação de prazo para o cumprimento do disposto no item 13.1 deste Edital.

#### **14. DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO**

14.1. A nota final do candidato será obtida a partir da fórmula seguinte:  $\frac{(E1+E2)}{2} + NT$ , onde:

E1 = Elemento de Julgamento 1;

E2 = Elemento de Julgamento 2; NT

= Prova de Títulos.

14.2. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se o algarismo da segunda casa decimal para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

14.3. Para aprovação, o candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos, nas avaliações de caráter eliminatório.

14.4. Será eliminado do processo seletivo o candidato que não atingir a pontuação mínima para a aprovação.

14.5. Os candidatos aprovados serão listados em ordem de classificação, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no Processo Seletivo, atribuindo-se o primeiro lugar ao candidato que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente, observados os critérios de desempate deste edital.

14.5.1. Os candidatos classificados para além do cadastro de reserva previsto no Anexo I deste Edital, ainda que obtenham a nota mínima, serão eliminados do certame.

14.6. Em caso de empate a Banca Examinadora deverá decidir em favor de um dos candidatos, levando em consideração sequencialmente, os seguintes elementos:

- a) maior idade, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- b) maior pontuação na prova de títulos;
- c) maior média na prova didática;
- d) maior tempo de experiência no magistério em Instituição de Ensino Superior;
- e) persistindo o empate, a decisão dar-se-á por sorteio.

#### **15. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**

15.1. A Comissão Organizadora publicará o resultado preliminar do processo seletivo, conforme definido no Cronograma de Atividades de cada área, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

15.2. Por ocasião da publicação do preliminar do processo seletivo o candidato poderá requerer cópia das documentações referentes às suas avaliações, na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

15.2.1. A cópia da documentação requerida será enviada pela Banca Examinadora, ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, antes do início do período de recurso.

15.2.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/ 2011.

15.3. O candidato terá prazo de 03 (três) dias úteis, após a publicação do resultado preliminar para a interposição de recurso, o qual deverá ser protocolado junto ao Gabinete da Pró-Reitoria de Graduação da Ufac, por meio de processo administrativo a ser aberto no Sistema Eletrônico de Informações – SEI <<http://www2.ufac.br/sei/menu/ acesso-ao-sei-usuarios-externos>>.

15.3.1. Os recursos serão encaminhados às Bancas Examinadoras para fins de instrução e elaboração de parecer acerca dos fatos apresentados pelo recorrente, e serão julgados pela respectiva Assembleia de Centro.

15.4. Após a publicação do resultado preliminar do processo seletivo no site da Ufac e julgamento dos recursos, a Banca Examinadora submeterá o relatório final do processo seletivo à homologação da respectiva Assembleia de Centro, não sendo necessário esperar o do término do período mencionado no item 6.1.1 deste Edital.

15.5. Após a aprovação do relatório final da área pela Assembleia do respectivo Centro, o resultado final dá área será homologado pela Pró-Reitoria de Graduação, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) e divulgado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

15.5.1. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de classificação do processo seletivo, valendo para este fim o resultado publicado no endereço eletrônico da Ufac e no D.O.U.

15.6. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, contada a partir da data de assinatura do primeiro contrato, podendo ser renovado por igual período.

## **16. DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO DOS CANDIDATOS**

16.1. Os candidatos serão convocados de acordo com a necessidade e demanda da instituição.

16.2. A convocação dos aprovados será publicada no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

16.3. O candidato aprovado e convocado terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da convocação publicada no sítio da Ufac, para se apresentar, a fim de **obter laudo expedido pela Junta Médica da Ufac**, entrega de documentos e assinatura do contrato.

16.3.1. A data de assinatura do contrato ficará a cargo da Ufac, podendo ocorrer posteriormente ao prazo especificado no item 16.3.

16.4. Nas áreas que tiverem candidatos aprovados em processos seletivos anteriores, esses quando da convocação, terão prioridade em relação aos candidatos aprovados nessa seleção.

16.5. A Ufac poderá contratar os candidatos aprovados e excedentes ao número de vagas previsto neste Edital para lotação em outra área que exigir igual perfil ou em outro *campus* no qual exista vaga na área em

que se deu sua aprovação ou outra área que exigir igual perfil, observada a ordem de classificação e desde que previamente aceito pelo candidato.

16.5.1. A aceitação pelo candidato em ser contratado para outro *campus* ou área implicará na renúncia à sua classificação na área inicial de aprovação.

16.6. A remuneração inicial será composta pelo vencimento básico, conforme o regime de trabalho, acrescido da retribuição por titulação, quando exigida no perfil para contratação, e do auxílio alimentação, segundo o quadro abaixo:

<b>JORNADA DE 20 HORAS</b>				
<b>Título</b>	<b>Vencimento Básico</b>	<b>Aux. Alimentação</b>	<b>RT</b>	<b>Total Bruto</b>
Graduação	2.236,32	229,00	-	2.465,32
Especialista	2.236,32	229,00	223,63	2.688,95
Mestrado	2.236,32	229,00	559,08	3.024,40
Doutorado	2.236,32	229,00	1.285,89	3.751,21
<b>JORNADA DE 40 HORAS</b>				
<b>Título</b>	<b>Vencimento Básico</b>	<b>Aux. Alimentação</b>	<b>RT</b>	<b>Total Bruto</b>
Graduação	3.130,85	458,00	-	3.588,85
Especialista	3.130,85	458,00	469,63	4.058,48
Mestrado	3.130,85	458,00	1.174,07	4.762,92
Doutorado	3.130,85	458,00	2.700,36	6.289,21

## **17. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E VALIDADE DO CONCURSO**

17.1. São requisitos para contratação:

- a) Ter sido aprovado no processo seletivo;
- b) Ser portador de diploma de graduação ou mestrado ou doutorado, conforme o caso, registrado e reconhecido na forma da lei ou certidão de conclusão de curso, no perfil exigido para a área de inscrição do candidato;
- c) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12, da Constituição Federal, e no caso de estrangeiro, deverá estar em situação regular no país, comprovado pelo visto permanente;
- d) Comprovar a quitação das obrigações eleitorais;
- e) Comprovar a regularidade com o Serviço Militar, para os aprovados do sexo masculino;
- f) Possuir o perfil exigido para a área;
- g) Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da contratação;
- h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;
- i) Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público ou entidade de esfera federal, estadual ou municipal;

j) Não ter sido contratado com fundamento na Lei nº 8.745/93, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

k) Não possuir cargo, função ou emprego público cuja acumulação seja vedada pela legislação vigente.

17.2. Caso o candidato possua cargo, emprego ou função pública, cuja acumulação seja permitida pela legislação vigente, a contratação ficará condicionada à comprovação de compatibilidade de horários com as atividades docentes inerentes à função de professor substituto, não podendo a soma das cargas horárias exceder a 60 (sessenta) horas semanais.

17.3. O candidato, na solicitação de inscrição, declarará que tem ciência dos documentos exigidos para a contratação e que, caso aprovado, os apresentará por ocasião da assinatura do contrato.

17.4. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade dos documentos e informações fornecidas para a assinatura do contrato, dispondo a Ufac do direito de excluir do processo seletivo, a qualquer tempo, o candidato que apresente falsa declaração ou documentação.

17.5. Se aprovado e convocado, o candidato deverá submeter-se ao exame admissional promovido pela da Ufac, que terá decisão terminativa sobre a aptidão física e mental para o exercício das atribuições que serão exercidas.

17.6. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (Prodegep) publicará no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>> a relação dos exames e laudos, às expensas do candidato, que deverão ser apresentados por ocasião do exame admissional.

17.7. O não comparecimento ao exame admissional, a não apresentação da documentação exigida no ato convocatório ou o não preenchimento de algum dos requisitos acarretará a perda do direito à vaga.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e suas alterações, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

18.2. Em todas as fases do Processo Seletivo é imperativa a observação das normas que o regem, e o descumprimento de qualquer item do edital implicará a eliminação do candidato no certame.

18.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento.

18.3.1. Iniciando o prazo em feriados ou final de semana, contar-se-á a partir do primeiro dia útil.

18.4. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados pela Instituição.

18.5. Serão considerados documentos de identificação para fins deste Edital: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

18.5.1. No caso de candidato de nacionalidade estrangeira, deverá ser informado o número da Cédula de Identidade de Estrangeiro, expedida pelo Departamento de Polícia Federal, que comprove sua

- condição de permanente no país, ou temporário, conforme o do artigo 13, inciso IV, da Lei nº 6.815/80.
- 18.5.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título eleitoral, carteira de motorista (modelo sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
- 18.5.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de solicitação de documento.
- 18.5.4. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há no máximo 90 (noventa) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.
- 18.6. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- 18.7. Os títulos acadêmicos obtidos no exterior deverão estar revalidados no Brasil, na forma da legislação em vigor (observado o disposto no Art. 48, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
- 18.8. Os documentos expedidos em língua estrangeira deverão ser autenticados pela autoridade consular brasileira no país de origem e acompanhados da respectiva tradução oficial, por um tradutor juramentado, devidamente registrado na Junta Comercial, com comprovante de nomeação.
- 18.9. A permanência do estrangeiro no quadro docente da Ufac fica condicionada à apresentação e manutenção do visto permanente.
- 18.10. Todos os candidatos contratados por meio do presente processo seletivo estarão subordinados às normas da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993.
- 18.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação.
- 18.12. Os interessados poderão entrar em contato com a Comissão Organizadora de Processo Seletivo o para esclarecer dúvidas exclusivamente pelo e-mail: <[selecao.substituto@ufac.br](mailto:selecao.substituto@ufac.br)>.
- 18.13. Integram o presente Edital os seguintes anexos: Anexo I (Quadro de vagas destinadas ao Campus Universitário de Rio Branco), Anexo II (Dos Conteúdos Programáticos e das Referências Bibliográficas), Anexo III (Planilha de Avaliação da Prova Didática) e Anexo IV (Planilha de Pontuação da Prova de Títulos).

Rio Branco/AC, 17 de abril de 2023.

EDNACELÍ ABREU DAMASCENO  
Pró-Reitora de Graduação

**EDITAL Nº 20/2023 – PROGRAD**

**ANEXO I**

**QUADRO DE CADASTRO DE RESERVA DESTINADO AO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RIO BRANCO**

1. O quantitativo apresentado neste anexo é destinado a eventuais contratações para os Centros do Campus Universitário de Rio Branco, de acordo com as áreas definidas a seguir:

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS – CCJSA					
Cód.	Área*	Perfil exigido para contratação**	Regime de trabalho	Quantidade de candidatos classificados no cadastro de reserva	
				Ampla concorrência	Pessoa com deficiência
01	Direito	Doutorado em Direito, com Graduação em Direito ou; Mestrado em Direito, com Graduação em Direito ou; Especialista em Direito, com Graduação em Direito ou; Graduado em Direito.	20h/40h	08	01

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO – CCSD					
Cód.	Área*	Perfil exigido para contratação**	Regime de trabalho	Quantidade de candidatos classificados no cadastro de reserva	
				Ampla concorrência	Pessoa com deficiência
02	Política, Planejamento e Gestão em Saúde	Doutorado em Saúde Coletiva ou Administração ou Contabilidade ou Economia ou; Mestrado em Saúde Coletiva ou Administração ou Contabilidade ou Economia ou; Especialista em Saúde Coletiva ou Administração ou Contabilidade ou Economia ou; Graduado em Saúde Coletiva ou Administração ou Contabilidade ou Economia	20h/40h	04	01

\* Nas áreas que tiverem candidatos aprovados em processos seletivos anteriores, esses quando da convocação, terão prioridade em relação aos candidatos aprovados nessa seleção.

\*\* Todos os candidatos concorrerão de forma isonômica, não havendo prioridade ou distribuição das vagas por titulação, observado o disposto no Anexo IV deste Edital (Planilha de Pontuação da Prova de Títulos).

**EDITAL Nº 20/2023 – PROGRAD**

**ANEXO II**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS – CCJSA**

**ÁREA 01 - DIREITO**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Instituições de Direito Público e Privado** - Noções de Direito: Constitucional, Administrativo e Direito do Trabalho; Administração Pública, Direito Tributário e Organização do Trabalho. Noções de Direito Civil e Comercial; O Direito de Propriedade de Construção Civil e sua disciplina no Código Civil; Direito de Construir e de Vizinhança; Ética Profissional e Problemas Profissionais.

**História do Direito** - O direito na antiguidade oriental e ocidental clássica. O direito romano e suas fontes: costume, fas, jus. Lei das XII Tábuas. Antecedentes das instituições jurídicas. O direito germânico. O direito feudal. O direito canônico. O direito e a formação do estado moderno. O Direito e a ascensão da burguesia. História do direito brasileiro. Teoria Política - Conceito de teoria política. Teoria política e teoria do Estado. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Modernidade. Pensamento político contemporâneo. Origem e evolução do Estado. Estado Moderno. Estado Contemporâneo. Função social do Estado Contemporâneo. Elementos Constitutivos do Estado. Formas do Estado. Funções do Estado. Formas e Sistemas de Governo. Democracia e Partidos Políticos. Opinião Pública.

**Direito do Consumidor** – Unidade I – Introdução ao Direito do Consumidor. História do Direito do Consumidor; Apresentação do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90); Conceito de Consumidor, Fornecedor e Relação de Consumo. Unidade II – Direitos Básicos do Consumidor Vida, saúde e segurança; educação para o consumo; liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; informação; proteção contra a publicidade enganosa e abusiva e contra práticas e cláusulas abusivas; modificação ou revisão das cláusulas contratuais; efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos; acesso aos órgãos judiciários e administrativos; facilitação da defesa de seus direitos; a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral; a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento; preservação do mínimo existencial. Unidade III – Responsabilidade Civil no Direito do Consumidor 3.1. Responsabilidade pelo Fato do Produto ou Serviço (defeito) 3.2. Responsabilidade por Vício do Produto ou Serviço (vício) 3.3. Prescrição e Decadência 3.4. Desconsideração da Personalidade Jurídica Unidade IV – Práticas Comerciais. 4.1. Oferta e Publicidade 4.2. Práticas Abusivas e Cobrança de Dívidas; 4.3. Banco de Dados e Cadastro de Consumidores. 4.4. Superendividamento. Unidade V – Proteção Contratual. 5.1. Cláusulas Abusivas. 5.2. Contratos de Adesão. Unidade VI – Infrações contra os direitos do consumidor. 6.1. Sanções Administrativas 6.2. Infrações Penais. Unidade VII – Defesa do Consumidor em Juízo. 7.1. Introdução ao Sistema Processual de Defesa do Consumidor: tutela coletiva e individual do consumidor; operacionalidade e instrumentação; o juiz, as partes e o objeto nas ações de natureza consumerista; 7.2. Os consumidores e seus direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: conceitos legais; legitimação ativa, disjuntiva e concorrente; 7.3. Processo e Procedimento nas ações em defesa dos consumidores: fases postulatória e probatória: petição inicial; foro e juízo competentes; resposta do réu; legitimação passiva; encerramento da fase postulatória e eventual julgamento conforme o estado do processo; 7.4. Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos 7.5. Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços 7.6. Conciliação no Superendividamento. 7.7. Sentença, Recursos e Coisa Julgada. 7.8. Execução e Cumprimento da Sentença. Unidade VIII – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC. 8.1. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. 8.2. Princípios da Política Nacional de Relações de Consumo.



**Direito Civil VI (Direito de Família)** – Unidade 1: Introdução ao Direito de Família. 1.1. Família: conceito e evolução histórica e concepção moderna; a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família) 1.2. O Direito das Famílias: noções conceituais, objeto, natureza jurídica; importância e conteúdo atual: o afeto como elemento estrutural da família contemporânea; fontes 1.3. Garantias constitucionais das relações familiares – Princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas. A função social da família. Unidade 2: Do Casamento. 2.1. Visão constitucional do casamento. Estrutura jurídica do casamento: Conceito, natureza jurídica, caracteres, finalidade, casamento civil e casamento religioso 2.2. Processo de habilitação para o casamento: capacidade para o casamento; procedimento; Celebração do Casamento. 2.3. Impedimentos matrimoniais e causas suspensivas 2.4. Existência, validade e eficácia do casamento 2.5. Eficácia Jurídica do casamento: efeitos gerais; direitos e deveres dos cônjuges. Unidade 3: Do Regime de Bens do Casamento. 3.1. O regime de bens em perspectiva civil-constitucional: efeitos econômicos e a teria do patrimônio mínimo. 3.2. Noções gerais conceituais, princípios, eficácia do regime no casamento e o regime na união estável 3.3. Administração dos bens e atos de disposição. 3.4. Pacto antenupcial. Espécies dos regimes de bens: comunhão parcial de bens; comunhão universal de bens; separação de bens e participação final nos aquestos. Unidade 4: Da Dissolução do Casamento. 4.1. Compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado 4.2. A dissolução do casamento: esboço histórico, sistema (separação e divórcio); separação de corpos; separação de fato; dissolução por morte. 4.3. Divórcio: conceito, objeto, divórcio consensual e divórcio litigioso; características materiais e processuais do divórcio; situações patrimoniais. Unidade 5: Da União Estável. 5.1. Concubinato e União Estável: conceito, evolução histórica e regulamentação 5.2. Direitos e deveres dos companheiros na CF/88 e no Código Civil de 2002: Efeitos pessoais e patrimoniais e penais 5.3. Contrato de convivência e conversão da união estável em casamento; ações judiciais. Unidade 6: Das Relações de Parentesco. 6.1. Parentesco: vínculo de parentesco (linhas e graus) e espécies: natural ou por consangüinidade e civil ou por afinidade; parentes em linha reta e em linha colateral. Unidade 7: Filiação e Reconhecimento de Filhos. 7.1. Visão civil-constitucional, noções conceituais e referência histórica; 7.2. Poder Familiar: conceito, disposições gerais e exercício do poder familiar; Cessação, suspensão e extinção do poder familiar; Lei 13.715/2018 7.3. Critérios determinantes da filiação: presunção legal de paternidade; critério biológico; critério afetivo; multiparentalidade 7.4. Reconhecimento de filhos: reconhecimento voluntário e forçado; ações filiatórias; intervenção do Ministério Público. Unidade 8: A Guarda dos Filhos. 8.1. Visão constitucional e no Código Civil. 8.2. A guarda unilateral e compartilhada (Lei 13.058/2014). Unidade 9: Alimentos. 9.1. Perspectiva civil-constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana e princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação. 4h 9.2. Conceito, características; sujeito ativo e passivo dos alimentos; espécies. 9.3. Aspectos processuais. Ação de Alimentos e Execução de Alimentos. Prestação de contas e abuso do direito. 10. O Bem de Família. 10.1. Visão constitucional: teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional mínimo existencial) 10.2. Conceito, natureza jurídica; bem de família convencional e legal. 11. Institutos Protetivos Complementares da Família. 11.1. A Tutela: conceito, modalidades, exercício, responsabilidade judicial e do tutor; prestação de contas e extinção. 11.2. A Curatela: noções gerais sobre a capacidade civil; conceito, curatela às pessoas com deficiência; espécies de curatela; ação de curatela; as alterações do NCPD (Lei 13.105/2015) 11.3. Adoção: Visão constitucional. Adoção no Código Civil e correlação com o Estatuto da Criança e do Adolescente modificado pela Lei 12.010/2009 (Lei Nacional da Adoção); Conceito, sistema jurídico, legitimidade, efeitos jurídicos; Entrega voluntária (Lei 13.509/2017) 11.4. Tomada de Decisão Apoiada: as alterações a partir da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) 11.5. Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

**Direito Civil VII (Sucessões)** – Unidade I – Introdução ao Direito das Sucessões. 1.1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico; 1.2. Objeto da sucessão hereditária (causa mortis): a transmissão patrimonial; 1.3. O direito das sucessões: breve visão histórica do direito das sucessões; a sucessão na perspectiva constitucional. Unidade II – A Sucessão em Geral: 2.1. A abertura da sucessão: a transmissão automática da herança; outros efeitos (saisine); lugar da sucessão e regras de competência; 2.2. Administração da Herança; 2.3. Vocação hereditária e a legitimação para suceder; 2.4. Aceitação e Renúncia da herança; 2.5. Cessão de herança: a cessão de direitos hereditários; 2.6. Excluídos da Sucessão (Indignidade e deserdação); 2.7. A petição de herança. Unidade III – A Sucessão Legítima. 3.1. Ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima. 3.2. Herança jacente e herança vacante; sucessão por direito próprio (cabeça) e sucessão por representação (estirpe); 3.3. A sucessão dos descendentes; sucessão dos ascendentes; do cônjuge; do companheiro; dos colaterais. 3.4. Herdeiros Necessários. Unidade IV – A Sucessão Testamentária. 4.1. A liberdade de dispor sobre a perspectiva civil-constitucional; noções conceituais; objeto e características do testamento. 4.2. Capacidade testamentária: legitimação para testar; legitimação para suceder; prazos especiais. 4.3. As diferentes formas testamentárias: referências gerais; testemunhas testamentárias; testamento público, testamento cerrado, secreto ou místico; testamento particular ou holografo; testamentos especiais. 4.4. Codicilos: conceito,

objeto, revogação. 4.5. Legados: conceito, disposições gerais, efeitos, pagamento, caducidade. 4.6. Cláusulas testamentárias; o direito de acrescer; Testamenteiro; substituição testamentária. 4.7. Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento. Unidade V – Inventários. 5.1. Noções gerais sobre o inventário; 5.2. Abertura: competência, prazo, legitimidade, valor da causa e custas processuais. 5.3. O inventariante: noções gerais, nomeação, atribuições, remoção e destituição; 5.4. Procedimento de inventário: contencioso; inventário negativo; diferentes procedimentos: tradicional, arrolamento sumário, arrolamento comum (ou sumaríssimo) e inventário extrajudicial; alvará judicial; partilha por ato entre vivos. 5.5. O procedimento (comum) de inventário: petição inicial, primeiras declarações e cientificações, intervenção do MP, impugnações, avaliações, últimas declarações e recolhimento tributário, pagamento das dívidas do falecido, 5.6. Sonegados, colação e redução das doações inoficiosas. Unidade VI – A Partilha. 6.1. Noções conceituais; 6.2. Espécies; 6.3. Anulação e rescisão da decisão de partilha; 6.4. Emenda da partilha e Sobrepartilha; 6.5. Garantia dos Quinhões hereditários.

**Direito da Criança e do Adolescente** – 1. Introdução ao Direito da Criança e do Adolescente. História do Direito da Criança e do Adolescente; Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90); Princípios do Direito da Criança e do Adolescente: Proteção integral e Prioridade Absoluta; Regra de Interpretação do ECA. 2. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Direito à vida e à saúde; Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Direito à convivência familiar e comunitária (incluindo as modalidades de colocação em família substituta: guarda, tutela e adoção); Direito à educação, cultura, esporte e lazer; Direito à profissionalização e proteção no trabalho. 3. Prevenção e Política de Atendimento. Prevenção; Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente; Rede de Atendimento; Política de Atendimento e Entidades de Atendimento. 4. Medidas de Proteção. 5. Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável. 6. Prática de Ato Infracional: direitos individuais; garantias processuais; medidas socioeducativas; remissão; SINASE. 7. Conselho Tutelar. 8. Acesso à Justiça: Justiça da infância e da juventude; Ministério Público e Advogado; Proteção Judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. 9. Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e o Adolescente. 10. Procedimentos.

**Direito Civil IV** - Espécies de Contratos: Da Compra e Venda, Da Troca de Permuta, Do Contrato Estimatório, Da Doação, Da locação de Coisas, Do Empréstimo, Do Comodato, Do Mútuo, Da Prestação de Serviço. Da Empreitada, Do Depósito, Do Mandato, Da Comissão, Da Agência e Distribuição, Da Corretagem, Do Transporte, Do Transporte de Pessoas, Do Transporte de Coisas, Do Seguro, Da Constituição de Renda, Do Jogo e Da Aposta, Da Fiança, Da transação, Do Compromisso. Atos Unilaterais.

**Direito Eleitoral e Partidário** - Direito Eleitoral. Noções Introdutórias. Conceitos Básicos: federação, soberania, voto. Sistemas de Representação e de Governo. Direito Eleitoral no Brasil. Princípios Constitucionais. Sistemas Eleitorais. Legislação Eleitoral no Brasil. Quadro evolutivo da legislação eleitoral. Inelegibilidades. Constitucional e infraconstitucional (LC 64/90). Condições de elegibilidade. Legislação Específica. Partidos Políticos. Lei n.º 9.504/97. Eleições. Código Eleitoral. Candidaturas: registro, impugnação, recursos. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra diplomação. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Justiça Eleitoral. Propaganda Eleitoral. Órgãos da Justiça Eleitoral.

**Direito do Trabalho I** - Direito do trabalho: fundamentação histórica. Conceito. Autonomia. Divisão. Princípios e fontes do direito do trabalho. Contrato Individual do Trabalho. Relações de Emprego. Sujeitos do contrato individual de trabalho: empregado e empregador. Classificação do contrato de trabalho. Duração e jornada de trabalho. Repouso semanal remunerado. As férias. O salário. O contrato de trabalho e sua dinâmica. Garantia do emprego: estabilidade. O FGTS. Aviso prévio. Direito do Trabalho e os direitos humanos.

**Direito Ambiental** - Definição e conteúdo do direito ambiental. Princípios de direito ambiental. Direitos metaindividuais: direitos difusos, coletivos strictu sensu e individuais homogêneos. A formação do direito ambiental. Direito e legislação ambiental no Brasil. A constitucionalização da tutela ambiental. A tutela jurídica da flora, fauna e água. Instrumentos da política de proteção ambiental. O estudo de impacto ambiental como instrumento da política

de proteção ambiental. O sistema nacional de meio ambiente. O poder de polícia ambiental. A responsabilidade civil e reparação do dano ecológico. A responsabilidade penal por dano ambiental. Crimes ambientais. Instrumentos processuais de defesa do meio ambiente. A jurisprudência e a proteção do meio ambiente.

**Direito do Trabalho II** - Direito Coletivo do Trabalho. Fundamentação histórica dos sindicatos. O Direito Internacional do Trabalho e a OIT. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução: autocomposição e heterocomposição. O direito de greve e o lock out. A problemática da Justiça do Trabalho. Direito Processual do Trabalho e o Processo Trabalhista. Petição. Recursos. Execução. Perspectiva do Direito Coletivo do Trabalho Brasileiro.

**Direito da Seguridade Social** - Histórico da Seguridade Social. Previdência Social. Assistência Social. Saúde. A Previdência Social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Noções de Acidentes do Trabalho. Repercussões no Contrato de Trabalho. Noções de Segurança e Medicina do Trabalho.

**Direito Agrário** - Introdução ao Direito Agrário. Princípios fundamentais do direito agrário brasileiro. O direito de propriedade e a função social e ecológica da propriedade. A propriedade rural no Brasil. O imóvel rural. A indivisibilidade do imóvel rural. Reforma Agrária. Política agrícola. Tributação de terras e das atividades rurais. Cadastro rural. Crédito rural. Terras públicas. Discriminação de terras devolutas. Usucapião. Contratos Agrários. Estrutura fundiária do Acre. Áreas indígenas. Aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

**Psicologia do Direito** - Fundamentos da psicologia geral e do direito. Escolas psicológicas e sua relação com os fenômenos jurídicos. Aplicação da psicologia no campo do direito e suas contribuições. Doença mental. Irresponsabilidade. Inimputabilidade. Medida de segurança. Interdição, representação e curatela. Legislação de proteção ao doente mental. A psicologia jurídica no Brasil. A atuação do psicólogo no âmbito judiciário e no campo do direito. Vitimologia. Tópicos complementares em psicologia aplicada ao direito. Perícia psicológica e psiquiátrica forense.

## **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

### **Instituições de Direito Público e Privado**

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de Direito Público e Privado**. e. d. 15. São Paulo: Saraiva

JADON, C. E.; SOUZA, L. B. C Et al. **Instituições de Direito Público e Privado**. e. d. 15, Rio de Janeiro: Saraiva

### **História do Direito**

BAGNOLI, Vicente, BARBOSA, Susana Mesquita e OLIVEIRA, Cristina Godoy. **História do Direito**. Rio de Janeiro: Elsevier,

ROQUE, Sebastião José. **História do Direito**. São Paulo: Ícone

SCHIOPPA, Antonio Padoa. **História do Direito na Europa – da idade média à idade contemporânea**. Trad. Marcos Marcionilo e Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Martins Fontes

WOLKMER, Antonio Carlos. **Fundamentos de História do Direito**. 3.<sup>a</sup> ed., Belo Horizonte: Del Rey

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 4.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Forense

KLABIN, Aracy Augusta Leme. **História Geral do Direito**. São Paulo: RT.

### **Direito do Consumidor**

ALMEIDA, Fabricio Bolzan de; LENZA, Pedro. Direito do consumidor esquematizado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BENJAMIN, Antônio Herman V., MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

GARCIA, Leonardo. Código de defesa do consumidor comentado artigo por artigo. 17 ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 7. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do Consumidor em Juízo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARQUES, Cláudia Lima. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor (livro eletrônico). Cláudia Lima Marques, Antônio Herman V. Benjamin, Bruno Miragem. 6. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: RT, 2019.

NUNES, R. Curso de Direito do Consumidor. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Direitos do Consumidor (livro eletrônico). 9. ed. ref, rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

### **Direito Civil VI (Direito de Família)**

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil. Famílias – de acordo com o novo CPC e o estatuto da pessoa com deficiência. Vol. 6. 8.ed. rev e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro – direito de família. V. 6. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil: direito de família. V. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria. Código civil comentado. 13. ed. rev, atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

Complementar:

DIAS, Maria Berenice. (org). Direito das Famílias: contributo do IBDFAM em homenagem a Rodrigo da Cunha Pereira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. V. 5. 22. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

FIUZA, César. Direito civil: curso completo. 8.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria. Código civil comentado. 13. ed. rev, atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

PARIZATTO, João Roberto. Ações de família no novo CPC: procedimentos e modelos práticos. Leme: Editora Parizatto, 2016.

PINTO, Cristiano Vieira Sobral. Direito civil sistematizado. 8. ed. Rev., atual. e ampl. Salvador: Editora JusPodium, 2017.

### **Direito Civil VII (Sucessões)**

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil. Sucessões. Vol. 7. 7.ed. ver, ampl, e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil - direito das sucessões. 9. ed. rev. amp. e atual. São Paulo: Saraiva, 2022.

NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria. Código civil comentado. 13. ed. rev, atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

Complementar:

CARVALHO, Dimas Messias de. Direito das Sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro - direito das sucessões. V. 7. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto; LENZA, Pedro. Direito civil esquematizado - responsabilidade civil - direito de família - direito das sucessões. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

OLIVEIRA, Euclides de; AMORIM, Sebastião. Inventário e Partilha - Teoria e Prática do Direito das Sucessões. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

### **Direito da Criança e do Adolescente**

BRITO, Jucyane Pontes de Assis. Da proteção à socioeducação: estudo acerca das entidades de atendimento de crianças e adolescentes em Rio Branco, Acre. Dissertação. Mestrado em Direito, Estado e Constituição. UNB: Brasília, Setembro de 2017.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord). Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos. 13.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2021.

ROMÃO, Luis Fernando de França. A constitucionalização dos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Almedina, 2016.

\_\_\_\_\_. Microssistema dos direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; SANCHES, Rogério. Estatuto da criança e do adolescente, lei n. 8.069/90: comentado artigo por artigo. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2021.

CURY, Munir (coor.). Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. 10. ed. atual. de acordo com a Lei 12.010, de 3.8.2009. São Paulo: Malheiros, 2010.

### **Direito Civil IV**

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil:** direito dos contratos. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** contratos. São Paulo: Método.

### **Direito Eleitoral e Partidário**

RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral.** São Paulo: Impetus.

CANDIDO, José Joel. **Direito eleitoral brasileiro.** São Paulo: Edipro.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. São Paulo: Del Rey.

MICHELS, Vera Maria Nunes. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Livraria do Advogado.

PINTO, Djalma. **Direito eleitoral**: improbidade administrativa e responsabilidade fiscal. São Paulo: Atlas.

MEZZAROBA, Orides. **Introdução ao direito partidário brasileiro**. São Paulo: Lumen Iuris.

NASPOLINI, Samuel Dal-farra. **Pluralismo político: subsídios para análise dos sistemas partidário e eleitoral brasileiros**. São Paulo: Juruá.

### **Direito do Trabalho I**

COSTA FILHO, Armando Casimiro et all. *Vade mecum: trabalhista* LTr. São Paulo: LTr,

NASCIMENTO, Amauri Mascaro e NASCIMENTO, Sônia Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho – de acordo com a reforma trabalhista*. 41ª ed., São Paulo: LTr,

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz e SEVERO, Valdete. *Resistência – aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista*. São Paulo: Expressão Popular,

### **Direito Ambiental**

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 18. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Ecocivilização: um ambiente e direito no limiar da vida*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais

CARVALHO, Edson Ferreira de. *Meio Ambiente & Direitos Humanos*. Curitiba: Juruá, 2005. CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

FREITAS, Juarez. *Direito ao Futuro*. Belo Horizonte: Fórum

LEITE, José Rubens Morato Leite. *Sociedade de risco e estado*. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato Leite (Org.). *Direito Constitucional Ambiental brasileiro*. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva,

LOURENÇO, Daniel Braga. *Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 24. ed. São Paulo: Malheiros

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco*. São Paulo: RT, 2014. MOLINARO, Carlos Alberto. *Direito Ambiental: proibição de retrocesso*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

### **Direito do Trabalho II**

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *CLT anotada*. Rio de Janeiro: Forense.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*, São Paulo: LTR.

LIMA, Francisco Meton Marques. *Elementos de Direito do Trabalho e processo*, São Paulo: LTR.

Complementar:

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Breves comentários a reforma de poder judiciário, Sao Paulo: LTR.

BONAVIDES, Paulo. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL 2009: MALHEIROS

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. São Paulo: Campus.

LASSALLE, Ferdinand. Essencia da Constituicao: LUMEN JURIS

KELSEN, Hans. Jurisdicao constitucional: wmf martins.

### **Direito da Seguridade Social**

CAMPANHOLE, Adriano. Consolidação das leis da previdência social. São Paulo: Atlas.

GONÇALVES, Odonel Urbano. Manual de direito previdenciário. São Paulo: Atlas.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. São Paulo: LTR.

NETO, José Salem. Prática processual de acidentes do trabalho. São Paulo: Universitária.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de previdência social. Rio de Janeiro: Forense.

### **Direito Agrário**

BORGES, Antonino Moura. **Curso completo de direito agrário:** doutrina, prática, legislação complementar e jurisprudência. São Paulo: Edijur.

CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função social e ambiental da propriedade.** Florianópolis: Visualbook

ESTATUTO da terra. 20. ed. atual. e reform. São Paulo: Saraiva.

FERREIRA, Pinto. **Curso de direito agrário.** 5. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva,

MARQUES, Benedito Ferreira – **Direito agrário brasileiro.** 9.ed. rev., atual. E amp. Goiânia: AB

MIRANDA, A. Gursen de. **Direito agrário e ambiental.** Rio de Janeiro: Forense.

OLIVEIRA, Umberto Machado de. **Princípios de direito agrário na constituição vigente.**

OPITZ, Oswaldo e Silvia. **Curso Completo de Direito Agrário.** 2.ed. São Paulo: Saraiva.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito à reforma agrária:** o direito face aos novos conflitos sociais. Leme: LED,

### **Psicologia do Direito**

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva.

FIORELI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. Psicologia jurídica. São Paulo: Atlas.

TRINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica para operadores de direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

MIRA Y LÓPEZ, Emílio. Manual de psicologia jurídica. São Paulo: VidaLivros.

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO – CCSD**

**ÁREA 02 - POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. O Histórico das Políticas de Saúde no Brasil e o processo de construção do SUS, seus princípios e diretrizes;
2. A Atenção Primária em Saúde e a Política Nacional de Atenção Básica como alicerces do Modelo de Atenção à Saúde implementado pelo SUS;
3. Controle Social e gestão participativa na Saúde: conferências e conselhos de saúde;
4. O Planejamento Estratégico Situacional em Saúde e os Instrumentos de Planejamento do SUS;
5. Principais Teorias de Administração: clássicas e contemporâneas;
6. A Gestão do SUS a partir do Decreto 7.508/11. O Financiamento do SUS e a Lei Complementar nº 141/12. Regionalização e as Redes de Atenção à Saúde;
7. A Relação Público-Privado na Saúde;
8. Regulação, Controle e Avaliação no SUS;
9. O Sistema Nacional de Auditoria;
10. Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ANDRADE et al. **SUS Passo a Passo: História, Regulamentação, Financiamento, Políticas Nacionais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 453**, de 12 de maio de 2012. Aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Brasília, 2012. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Regulação em Saúde**. Coleção Para Entender a Gestão do SUS. Brasília: CONASS, 2011. 126p.

BRASIL. FIOCRUZ. **Qualificação de Gestores do SUS**. EAD/ENSP. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Ed. Ministério da Saúde: Brasília, 2009 – Série Pactos pela Saúde 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de planejamento do SUS** – uma construção coletiva: organização e funcionamento. Brasília: Ministério da Saúde, 2006 (Série Cadernos de Planejamento – v.1).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de planejamento do SUS** – uma construção coletiva: instrumentos básicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006 (Série Cadernos de Planejamento – v.2).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.559**, de 01 de agosto de 2008. Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília; ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão do Trabalho e da Regulação Profissional em Saúde: Agenda Positiva do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde**. Ed. Ministério da Saúde: Brasília, 2010. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda\\_positiva.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_positiva.pdf)>.



- BRASIL. Ministério da Saúde. **Auditoria do SUS: orientações básicas**. Brasília: DF, 2011. 50p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria no SUS. **Auditoria do SUS no contexto do SNA: qualificação do relatório de auditoria**. Brasília: DF, 2015. 104 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Planejamento do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2436**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: D.O.U nº 183, de 22/09/17 – Seção 1 – pág 68.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação Nº 01**. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Brasília: D.O.U nº 190, de 03/10/17 – Seção 1 – Suplemento – pág 1.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação Nº 03**. Consolidação das Normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde. Brasília: D.O.U nº 190, de 03/10/17 – Seção 1 – Suplemento – pág 61.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2979**. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Brasília: D.O.U nº 220, de 13/11/19 – Seção 1 – pág 97.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/QUADRO/1990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1990.htm) >.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Brasília, 1990. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/QUADRO/1990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1990.htm) >.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.666**, de 21 de junho de 1993. Brasília, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666compilado.htm)>.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.508**, de 28 de junho de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/QUADRO/1990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1990.htm) >.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar Nº 141**. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Brasília: D.O.U nº 11, de 16/01/12. Seção 1.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 03 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>.
- CAMPOS. G.W.S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos**. 3. ed. São Paulo Ed. Hucitec, 2007.
- CAMPOS, G.W.S et al. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. Revista e Aumentada. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- CHIAVENATO, I. **Teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- COURA, B. PINTO, AAG. SALGADO, FF. DANTAS, MB. **Gestão de Custos em Saúde**. Ed. FGV: Rio de Janeiro, 2009.
- FLEURY, S.; LOBATO, L. V. C. **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010.
- HOCHMAN, G; FARIA, C. A. P. (Org). **Federalismo e Políticas Públicas no Brasil**.
- IBAÑEZ, N. et al (Org). **Política e Gestão Pública em Saúde**. São Paulo: HUCITEC-Cealag, 2015.

- JESUS, W. L. A; ASSIS, M. M. A (Org). **Desafios do Planejamento na Construção do SUS**. Salvador: Edufba. 2011.
- MATUS, C. **Adeus, Senhor Presidente**: Governantes governados. Tradução Luís Felipe Rodriguez del Riego. São Paulo: Fundap, 1996.
- MENDES, A. **Tempos Turbulentos na Saúde Pública Brasileira**: Impasses do Financiamento no Capitalismo Financeirizado. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MENICUCCI, T. M. G. **Público e Privado na Política de Assistência à Saúde no Brasil**: Atores, Processos e Trajetória. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- PAIM, J. S. **Desafios para a Saúde Coletiva no século XXI**. Salvador: Edufba. 2006;
- PAIM, J. S. **Reforma Sanitária Brasileira**: Contribuição para a Compreensão e Crítica. Salvador: Edufba, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- PEREIRA, L. C. B; SPINK, P. (Org). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RIVERA, F. J. U. **Planejamento e Programação em Saúde**: Um Enfoque Estratégico. São Paulo: Cortez-ABRASCO, 1989.
- SANTOS, L. **Sistema Único de Saúde**: os desafios da Gestão Interfederativa. Campinas: Saberes, 2013.
- STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Ministério da Saúde; 2002.
- TANAKA, O. Y. MELO, C. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente**: Um Modo de Fazer. São Paulo: EDUSP, 2001.
- TANAKA, O.Y., RIBEIRO, E.L., ALMEIDA, C.A.L. **Avaliação em Saúde: contribuições para incorporação no cotidiano**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.
- VIEIRA-DA-SILVA, L.M. **Avaliação de Programas e Políticas de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

# EDITAL Nº 20/2023 - PROGRAD

## ANEXO III

# PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC

CONCURSO EDITAL Nº \_\_\_\_\_

CENTRO \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

ÁREA DE CONCURSO: \_\_\_\_\_

### I. Informações Gerais

1.1. Nome do(a) Candidato(a) \_\_\_\_\_

1.2. Tema Sorteado \_\_\_\_\_

1.3. Duração da Prova \_\_\_\_\_

Início:

Término:

Duração: \_\_\_\_\_ minutos.

1.4. Data da Prova \_\_\_\_\_

1.5. Nome do(a) Avaliador(a) \_\_\_\_\_

1.6. Plano de Aula – (Valor 0 a 10 pt) – 10%

ASPECTOS AVALIADOS	E	MB	B	R	I	P
Clareza nos objetivos da aula	2	1,6	1,4	1	0,6	0
Coerência entre o tema, objetivos e conteúdos	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Coerência entre os objetivos e procedimentos de ensino	2	1,6	1,4	1	0,6	0
Recursos didáticos	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Bibliografia atualizada	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Procedimentos de avaliação	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Coerência entre os componentes do plano de aula.	2	1,6	1,4	1	0,6	0

## II. Aula

ASPECTOS AVALIADOS	E	MB	B	R	I	P
Apresentação do tema, objetivos e conteúdos da aula	7	6	5	3	1	0
Coerência entre plano e desenvolvimento da aula no tempo proposto	7	6	5	3	1	0
Seqüência lógica e clara	8	7	6	4	2	0
Profundidade na abordagem dos conteúdos	8	7	6	4	2	0
Fundamentação teórico-metodológica	7	6	5	3	1	0
Destaca pontos polêmicos ou idéias divergentes sobre os conteúdos da aula	8	7	6	4	2	0
Uso de linguagem técnica	7	6	5	3	1	0
Formulação correta das análises, deduções e inferências	7	6	5	3	1	0
Síntese ou conclusão das idéias principais do tema da aula	8	7	6	4	2	0
Destaque dos aspectos fundamentais do assunto (coerência com os objetivos propostos)	8	7	6	4	2	0

### 2.2. Recursos Didáticos – (Valor 0 a 15 pt) – 15%

ASPECTOS AVALIADOS	E	MB	B	R	I	P
Utilização adequada do material didático em termos visuais e de Compreensão na sala de aula	5	4	3	2	1	0
Uso adequado dos recursos didáticos, tendo em vista o tema, objetivos e conteúdos da aula	5	4	3	2	1	0
Possibilita o acesso à informação de todos levando em conta as diferenças em sala de aula	5	4	3	2	1	0

### SUB-TOTAIS

E	MB	B	R	I	P

Nota Final da Prova =  $\frac{\text{Total}}{10}$  = \_\_\_\_\_

### Considerações do avaliador sobre a prova didática:

#### Observações:

- I. O não cumprimento do tempo mínimo e máximo estabelecido na Resolução Nº 009/2013, implicará a eliminação automática do candidato.
- II. A prova didática e/ou prática deverá ser gravada em recurso audiovisual.
- III. E = Excelente, MB= Muito Bom, B= Bom, R=Regular, I = Insuficiente, P= Péssimo.
- IV. A não apresentação do plano de aula acarretará em eliminação do candidato.

## ANEXO IV

<b>PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS</b>			
<b>ITEM I: TITULAÇÃO MÁXIMA (pontuação não cumulativa)</b>			
<b><i>Discriminação</i></b>	<b><i>Valor Simples</i></b>	<b><i>Quantidade Máxima</i></b>	<b><i>Limite Superior</i></b>
Doutorado na área	15,00	1	15,00
Doutorado em área afim	10,00	1	10,00
Mestrado na área	7,50	1	7,50
Mestrado em área afim	5,00	1	5,00
Especialização na área	3,00	1	3,00
Especialização em área afim	2,00	1	2,00
Graduação	1,00	1	1,00
<b>Pontuação máxima do item I</b>			<b>15,00</b>
<b>ITEM II : FORMAÇÃO COMPLEMENTAR</b>			
<b><i>Discriminação</i></b>	<b><i>Valor Simples</i></b>	<b><i>Quantidade Máxima</i></b>	<b><i>Limite Superior</i></b>
Pós- Doutorado na área	5,00	1	5,00
Pós-Doutorado em área afim	2,50	1	2,50
Residência (diferentes áreas)	1,00	5	5,00
Aperfeiçoamento/Atualização na área	0,50	10	5,00
Aperfeiçoamento/Atualização em área afim	0,50	10	5,00
Estágio profissional na área (C.H $\geq$ 60h)	0,50	10	5,00
<b>Pontuação máxima do item II</b>			<b>5,00</b>

Excluindo o Pós-Doutorado todos os subitens serão contabilizados se realizados nos últimos cinco anos.

## PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

### ITEM III: EXPERIÊNCIA NO ENSINO

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples da h/a</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>1. MINISTRAÇÃO DE AULA EM CURSO</b>			
Doutorado	0,05	100	5,00
Mestrado	0,04	100	4,00
Especialização	0,03	100	3,00
Aperfeiçoamento/Atualização	0,02	100	2,00
Graduação	0,02	400	8,00
Ensino Fundamental/Médio	0,01	200	2,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem III.1</b>			<b>10,00</b>
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>2. ORIENTAÇÃO / CO-ORIENTAÇÃO</b>			
Doutorado	2,40	2	4,80
Mestrado	1,60	3	4,80
Co-orientação Doutorado	2,00	2	4,00
Co-orientação Mestrado	1,40	3	4,20
Especialização	1,30	3	3,90
Graduação TCC/Monografia)	1,20	4	4,80

PET	1,20	4	4,80
Iniciação Científica	1,20	4	4,80
Monitoria	0,60	4	2,40
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem III.2</b>			<b>6,00</b>

<b>3. BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO/QUALIFICAÇÃO</b>			
Doutorado	2,00	2	4,00
Mestrado	1,50	2	3,00
Qualificação Doutorado	1,20	4	4,80
Qualificação Mestrado	1,00	3	3,00
Especialização	1,00	3	3,00
Graduação	0,80	4	3,20
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem III.3</b>			<b>4,00</b>
<b>Pontuação máxima do item III</b>			<b>20,00</b>

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM IV: EXPERIÊNCIA NA PESQUISA (últimos 5 anos)**

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>1. PESQUISA CONCLUÍDA</b>			
Coordenador / Pesquisador	2,00	2	4,00
Colaborador / Auxiliar	1,00	4	4,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem IV.1</b>			<b>4,00</b>

**2. PUBLICAÇÃO**

<b>Na área</b>			
Livro com ISBN - Autor / Coautor	4,00	3	12,00
Livro com ISBN - Organizador	2,00	2	4,00
Capítulo de livro com ISBN	2,00	4	8,00
Prefácio / Apresentação de Livro com ISBN	1,00	4	4,00

Livro sem ISBN - Autor / Coautor	2,00	3	6,00
Artigo em periódico indexado em base internacional	3,20	5	16,00
Artigo em periódico indexado em base nacional	2,00	8	16,00
Artigo em periódico não indexado	1,00	8	8,00
Artigo em revista eletrônica indexada	2,00	8	16,00
Outros trabalhos (jornal, magazine... )	0,50	4	2,00
Trabalho completo em anais de evento	1,50	8	12,00
Resumo expandido em anais de evento	0,70	8	5,60
Resumo simples em anais de evento	0,50	4	2,00

<b>Em área afim</b>			
Livro com ISBN	2,00	2	4,00
Livro com ISBN - Organizador	1,00	1	1,00
Capítulo de livro com ISBN	1,00	2	2,00
Prefácio / Apresentação de Livro com ISBN	0,50	2	1,00



Artigo em periódico indexado em base internacional	1,60	3	4,80
Artigo em periódico indexado em base nacional	1,00	4	4,00
Artigo em periódico não indexado	0,50	4	2,00
Artigo em revista eletrônica indexada	1,00	4	4,00
Outros trabalhos (jornal, magazine...)	0,30	2	0,60
Trabalho completo em anais de evento	0,70	4	2,80

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM IV: EXPERIÊNCIA NA PESQUISA (continuação)**

Resumo expandido em anais de evento	0,40	4	1,60
Resumo simples em anais de evento	0,30	2	0,60
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem IV.2</b>			<b>16,00</b>
<b>Pontuação máxima do item IV</b>			<b>20,00</b>

**ITEM V: EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO (últimos 5 anos)**

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>1. PROJETO CONCLUÍDO</b>			
Coordenador / Pesquisador	2,00	5	10,00
Colaborador / Auxiliar	1,00	10	10,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem V.1</b>			<b>10,00</b>

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples da h/a</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>2. MINISTRANTE DE CURSO / Mini-curso</b>			
Curso / Mini-Curso na Área	0,02	250	5,00
Curso / Mini-Curso em Área afim	0,01	500	5,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem V.2</b>			<b>5,00</b>

<b>PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS</b>			
<b>ITEM V: EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO (<u>últimos 5 anos</u>) – Cont.</b>			
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
<b>3. PARTICIPAÇÃO EM EVENTO</b>			
Organizador/Coordenador	1,00	5	5,00
Membro da comissão organizadora	0,50	4	2,00
Expositor	0,50	10	5,00
Conferencista	1,00	5	5,00
Coordenador de mesa redonda	0,50	4	2,00
<b>Limite Máximo de pontuação do subitem V.3</b>			<b>5,00</b>
<b>Pontuação máxima do item V</b>			<b>20,00</b>
<b>ITEM VI: ATIVIDADE ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA (<u>últimos 5 anos</u>)</b>			
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Direção de Centro, Faculdade ou Instituto	2,00	5	10,00
Direção de Departamento ou Coordenação de Curso	1,00	10	10,00

Coordenador de Núcleo de Área	1,00	10	10,00
Membro de Conselho e/ou Colegiado de Curso	0,50	20	10,00
Membro de Comissão Permanente	1,00	10	10,00
Tutoria de Grupos PET	1,00	10	10,00
Participação de Conselho Editorial de Revista Científica como Editor	1,00	10	10,00

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM VI: ATIVIDADE ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA (últimos 5 anos)- Continuação.**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor Simples</b>	<b>Quantidade Máxima</b>	<b>Limite Superior</b>
Participação de Conselho Editorial de Revista Científica como Membro	0,50	20	10,00
Participação em Banca de Seleção para docente efetivo	0,8	10	8,00
Participação em Banca de Seleção para docente temporário	0,6	10	6,00
Curador de coleções Científicas	1	10	10,00
Participação em Banca de Seleção para Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu	0,06	2	0,12
Direção de Instituição de Educação Básica	1	10	10,00
Membro de Comissão/Conselho Técnico e Científico	0,5	20	10,00
<b>Pontuação máxima do item VI</b>			<b>10,00</b>

**ITEM VII: PRODUÇÃO TÉCNICA E/OU TECNOLÓGICA**

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Patente registrada	2,00	5	10,00
Confecção de aerofotograma, mapa e maquete	0,50	20	10,00
Construção de protótipo, equipamento e instrumento	1,00	10	10,00
Produção de software/vídeo técnico-científico (certificado)	1,00	10	10,00

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS****ITEM VII: PRODUÇÃO TÉCNICA E/OU TECNOLÓGICA – Continuação.**

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Construção de site educacional	0,50	20	10,00
Elaboração material didático	0,50	20	10,00
Elaboração de banco de dado divulgado, catalogado e publicado	1,00	10	10,00
Consultoria técnica	0,50	20	10,00
Parecer técnico	0,50	20	10,00
Relatório técnico	0,50	20	10,00
Webmaster	0,50	20	10,00
Tv / Rádio Universitária	0,50	20	10,00
<b>Pontuação máxima do item VII</b>			<b>10,00</b>
<b>PONTUAÇÃO TOTAL DA TABELA (Itens I a VII)</b>			<b>100,00</b>

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM VIII: ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS  
(ÁREAS: ARTES CÊNICAS E MÚSICA)**

<b><i>Discriminação</i></b>	<b><i>Valor Simples</i></b>	<b><i>Quantidade Máxima</i></b>	<b><i>Limite Superior</i></b>
Participação em exposição e apresentação artística nacional (individual/camerista)	1,00	10	10,00
Participação em exposição e apresentação artística internacional (individual/camerista)	2,00	5	10,00
Participação em exposição e apresentação artística local (individual ou coletiva)	0,50	20	10,00
Participação em exposição e apresentação artística nacional (coletiva)	1,00	10	10,00
Participação em exposição e apresentação artística internacional (coletiva)	1,00	10	10,00
Participação artística premiada em evento local	1,00	10	10,00
Participação artística premiada em evento nacional ou internacional	2,00	5	10,00
Autoria de arranjo musical apresentado em concerto e/ou gravado em CD/DVD	2,00	5	10,00
Autoria de obra gravada em CD/DVD	1,00	10	10,00
Direção musical, regência ou apresentação como solista em concerto internacional	2,00	5	10,00

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM VIII: ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS (continuação)**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor Simples</b>	<b>Quantidade Máxima</b>	<b>Limite Superior</b>
Direção musical, regência ou apresentação como solista em concerto regional / nacional	1,00	10	10,00
Participação como intérprete (solista) em gravação de CD/DVD	1,00	10	10,00
Participação como intérprete (músico de conjunto) em gravação de CD/DVD	0,50	20	10,00
Participação em evento artístico-cultural como conferencista e/ou artista convidado	2,00	5	10,00
Trabalho técnico e artístico especializado em cinema	1,00	10	10,00
Participação em obra e produção artística amadora ou profissional de reconhecido mérito como:	-	-	-
Encenador/diretor teatral	2,00	5	10,00
Ator	2,00	5	10,00
Produtor	2,00	5	10,00
Dramaturgo	2,00	5	10,00
Coreógrafo	2,00	5	10,00
Cenógrafo	2,00	5	10,00
Iluminador	2,00	5	10,00
Figurinista	2,00	5	10,00
Dançarino	1,00	10	10,00

Dramaturgista	1,00	10	10,00
Maquiador	1,00	10	10,00

**PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

**ITEM VIII: ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS (continuação)**

<b><i>Discriminação</i></b>	<b><i>Valor Simples</i></b>	<b><i>Quantidade Máxima</i></b>	<b><i>Limite Superior</i></b>
Diretor de cena (técnico)	1,00	10	10,00
Participação como artista plástico em exposição individual	2,00	5	10,00
Participação como artista plástico em exposição coletiva	1,00	10	10,00
Curadoria de exposição artística ou evento literário	1,00	10	10,00
Design de exposição artística	1,00	10	10,00
Coordenador de Projeto Artístico, Cultural ou de Pesquisa financiado através de edital público	2,00	5	10,00
<b>Pontuação máxima do item VIII</b>			<b>10,00</b>
<b>PONTUAÇÃO TOTAL DA TABELA COM O ÍTEM VIII</b>			<b>110,00</b>